

OS PECADOS E A AXIOLOGIA

Jorge Jaime de Souza Mendes

SÍNTESE – O Autor confronta as noções de pecado com os anseios da nova Axiologia. Ressalta os pecados sociais e os da essência estrutural, concluindo serem os pecados um afastamento entre o como-é, e o como-poderia ou deveria-ser. A medida do pecado é a Afirmação, síntese dos valores contidos em Deus.

ABSTRACT – The author compares the notions of sin with the longings of the new axiology. The social sins and those of the structural essence are emphasized. He draws the conclusion that sins are a deviation from what could or ought to be. The measure of the sin is the affirmation, a synthesis of the values in God's essence.

O pecado supõe um ideal previamente delineado e a omissão, a negligência, a imperícia, a ação, os pensamentos que possam obstruir, dificultar, retardar a existencialização dos propósitos ideais. Em Deus, há a afirmação pura dos propósitos do Homem... Há um constante confronto entre o que poderia ou deveria-ser com o que é. O homem não é Deus, distancia-se dele por suas imperfeições. Deus é espírito somente e o homem habita uma estrutura carnal que valoriza bens capazes de mantê-la viva. O pecado revela a distância que existe entre Deus e o homem. Somos pecadores porque distantes dos valores inseridos na idéia de Deus. A natureza humana peca porque não é como-poderia ou deveria-ser. A parte espiritual do homem constata esta distância. Deste confronto resulta a obrigação, o dever do homem dirigir-se no sentido de comportar-se sempre à sombra dos propósitos ideais. Por isso, as religiões definem os pecados como desobediências às leis impostas por Deus.

O problema mais angustiante sobre o pecado fica por conta do livre-arbítrio. Todos os pecados resultam da escolha livre do indivíduo? Parece-nos que a tendência tanto religiosa, como puramente filosófica, considera alguns pecados determinados pela sociedade, pela herança dos ancestrais, pela constituição psico-orgânica de cada um, e que, nem sempre, o livre-arbítrio atua no campo dos pecados. Ninguém é inteiramente um eu isolado, com vontade própria, uma vez que sobre este influem, impõem limites, as circunstâncias, como o momento histórico, a família, o ambiente no qual se nasceu, as condições econômicas de cada um, e assim por diante.

Poderíamos falar de um pecado essencial, que está relacionado com a essência do pecador, estrutura da qual não pode fugir. Escapará este pecado, também,

do livre-arbítrio? Vejamos: nasce um indivíduo biopsicologicamente homossexual. Terá culpa dessa sua constituição hormonal? Poderá abster-se das práticas sexuais, ou de qualquer sexualidade, *mas nasceu homossexual*: este é um fato. Pode alguém *escolher* os seus desejos, as suas tendências? Conseguirá, no mínimo, reprimi-las, mas nunca modificá-las. Escolher o pior para si já seria uma forma manifesta de demência ou perturbação mental: se há o livre-arbítrio, é para que se escolha o melhor. Mesmo Eva, no paraíso, quando resolveu comer da árvore do bem e do mal quis o melhor para si e para Adão, porque acreditou na serpente que lhe garantia que não morreriam e que seriam como deuses.

Pode-se aos incapacitados de discernimento, como os doentes mentais, as crianças, os loucos de todos os gêneros, os imbecis, os idiotas, entre os quais já foram incluídos os silvícolas brasileiros, imputar uma culpa, um pecado? Os pecados independem da culpabilidade? O pecado original, pertencente à espécie, transcende ao livre-arbítrio? Pode-se julgar um pecado sem as circunstâncias determinantes que o envolveram? A omissão, a negligência, a imperícia, a prática instintiva sexual, o assassinato, o roubo, o furto, a calúnia, a blasfêmia, o adultério, o falso testemunho e tanto mais, diante de uma análise demorada do problema, nos dirão que as circunstâncias biopsíquico-sociais como que *determinaram* aquela conduta, ou omissão pecaminosa.

Analisar a noção de pecado é chegar-se bem próximo à sua irmã, a noção de justiça. Pois quem peca é julgado, condenado, vituperado.

O Direito Penal faz a distinção entre crime culposo e doloso. A culpa independe da intenção, do discernimento: não se leva em conta a parte subjetiva mas, simplesmente, os resultados maléficos da ação ou omissão, por imperícia, por circunstâncias nefastas. O dolo, ao contrário, exige o intento, o propósito, a vontade. Ora, tanto no pecado, como nos crimes e delitos, algumas vezes enfoca-se o subjetivo, o livre-arbítrio; outras, se o esquece, mas se realçam os efeitos condenáveis contra a própria pessoa ou contra outros, ou mesmo contra a sociedade, ou contra a espécie humana. Depende da visão em que se olha o pecado ou o crime. Quando um assaltante entra numa residência, martiriza os seus moradores, ele está pondo em risco todos os lares que passam a não mais ter segurança. Além do fato em si, a culpabilidade deveria ser estendida às suas repercussões sociais.

A Axiologia estudará os pecados em confronto com os diversos valores. Assim, pode-se falar em pecados econômicos, biológicos, psíquicos, ecológicos, de entrosamento social, administrativos ou estatais, culturais, contra a Humanidade, morais ou éticos, referentes à noção de justo, estéticos, planejamentológicos, sistemáticos, de criatividade ou espirituais, ideais, teodíceicos, etc... em conformidade com a classificação dos valores que ousei estabelecer no volume II de minhas *Obras Filosóficas* (p. 9). Muitas outras classificações dos valores foram propostas, como a de Max Scheler, N. Hartmann, Johannes Hessen, Luiz Carranza Siles, Joseph de Finance e alguns outros. Uns realçam os valores lógicos, os religiosos, outros nos falam dos valores noéticos, volitivos, sociais, enfim, cada pensador tem critérios diferentes para classificar os valores. Os meus foram em dividir os valores em exteriores, quando ocorrem fora da estrutura humana, e interiores, se podemos localizá-los dentro dessa estrutura.

Em que consistiriam os pecados econômicos? Se empregarmos o método das visões sucessivas, notaremos pecados econômicos individuais, sociais, estatais e da Humanidade com um todo. Para que haja pecado faz-se imprescindível o confronto com o ideal a ser atingido. O ideal para cada homem isoladamente é ser muito rico, possuir o supérfluo, o desnecessário, ou ser proprietário daquilo que lhe supre as necessidades? Deverá ter apenas o suficiente ou, para sua segurança e de sua família, precisará ter a propriedade do muito além daquilo que realmente necessita? Ha bens perduráveis e outros que se deterioram. Que lhe interessará, em seu lar, cinquenta dúzias de bananas, que em breve apoderecerão, se não as vai comer, nem aproveitar na feitura de doces para o comércio? Pode-se, socialmente, permitir o desperdício? Não se deve respeitar o trabalho de quem plantou as bananeiras, colheu as suas frutas, transportou-as e as colocou à venda num supermercado? Qualquer bem, além dos vínculos de propriedade, possui a conotação social que lhe imprime limites jurídicos e morais. Num agrupamento social onde morrem pessoas de fome, não é justo se deixar várias dezenas de bananas apoderecerem. Isto é um crime, um pecado.

Limitar-se os pecados ao indivíduo, ao seu livre-arbítrio, é estreitar-se a visão do fato pecaminoso. Não se pode negar que a sociedade peque, cometa crimes, como um todo. O povo, insuflado por uma falsa liderança, pode cometer terríveis e injustas atrocidades. Quando Hitler, por exemplo, insuflou os alemães contra os judeus, os ciganos, os homossexuais, mandando-os encarcerar, matando-os nas câmaras de gás letal, não pecou? E, igualmente, a sociedade nazista, naquele momento histórico? Uma sociedade que permite pessoas ganhando salários mínimos, irrisórios, insuficientes para a manutenção digna de um homem, ao lado de outras que percebem pequenas fortunas como proventos, não estará pecando contra a justa distribuição das riquezas? Como imputar a um agrupamento social as suas responsabilidades diante dos valores?

Os valores biológicos exigem, no plano social, que a Saúde Pública seja preocupação dos governantes, que cada cidadão, no plano individual, zele por sua integridade física, evitando doenças, preservando-se dos contágios. Se as práticas sexuais podem ser consideradas malélicas, sob alguns aspectos da organização social, biologicamente são recomendáveis, uma vez que favorecem o equilíbrio biológico, estimulando a melhor circulação sanguínea, funcionando como calmante dos nervos. A natureza peca porque nos leva, infalivelmente, às doenças, à velhice, à morte. São pecados naturais porque nos distanciam do ideal de sermos imortais, eternamente jovens e saudáveis.

Na Epístola de Paulo aos Romanos (7-7,8,9,10,11,12), vemos ressaltado o conflito do como-é com o que poderia ou deveria-ser: “Eu não conheci o pecado, senão pela lei; porque eu não conheceria a concupiscência se a lei não dissesse: não cobiçarás. E o pecado, tomando ocasião daquele mandamento, fez nascer em mim toda a concupiscência. Porque, sem a lei, o pecado estava morto. E eu outra vivia sem a lei. Mas, quando veio o mandamento, reviveu o pecado. E eu morri; e viu-se que o mandamento, que era para a vida, foi para morte.” Sem o ideal a ser atingido o homem não peca porque lhe falta a medida entre a Afirmação pura e o ser-como-é.

Psicologicamente, o pecado é causa de frustrações. Saber-se que não se pode, não se consegue atingir aquele determinado ideal, causa-nos frustrações. A frustração leva-nos à agressividade. Isto não é afirmação minha, mas conclusões das ciências psicológicas behavioristas, gestaltistas. Se o pecado for *essencial*, que resulte da própria bioestrutura intrínseca de um psiquismo, o saber-se um constante pecador causar-lhe-á revolta contra a injustiça desse julgamento por circunstância pelas quais não se acha culpado. Se alguém, no uso perfeito de suas faculdades mentais, pleno possuidor do seu livre-arbítrio, envereda pelo pecado de fumar, de beber, de experimentar drogas e, com isso, se torna um dependente, um escravo desses vícios, foi culpado quando tinha o livre-arbítrio mas, depois, quando a sua vontade não pode mais atuar, porque sua mente se verga às imposições dos tóxicos, será sempre culpado? E a sociedade que permitiu a venda fácil dos cigarros, das bebidas, não peca, não responderá pela omissão, pela permissividade de tais usos maléficos? Um dependente quer psicologicamente libertar-se das drogas e não consegue. Pecou quando tornou-se um dependente. Neste momento, o pecado não era *essencial*, mas, depois, com a dependência orgânica, mais forte do que qualquer vontade humana, torna-se parte de sua natureza. O querer, o desejar não lhe basta como força libertadora.

Imaginemos um ideal falho, isto é, estreito, de visão menor, imposto como medida – para o alto – da conduta que se pretende. Cada agrupamento social possui os seus ideais específicos. A uma análise mais demorada, esse ideal poderá mostrar as suas falhas confrontado com uma visão maior, aquela que se estende à verdadeira afirmação de base axiológica. Os países, não tendo como medida a afirmação maior da Humanidade inteira, mantêm exércitos, marinhas, aeronáuticas, guerreiros, cuja finalidade é uma agressão potencial a outros Estados. Com a pecha da proteção, fazem-se ameaças reais com a potencialidade destrutiva que armazenam. Numa guerra, funcionará o preceito cristão do “não matarás”? Se não mato, viro desertor e, julgado, posso ser fuzilado. Como fugir a este “pecado”? Um país, que faz a guerra, peca? Quem o julgará se sair vencedor? Os matadores viram salvadores da pátria, heróis. Contrariam uma lei de origem divina e são endeusados! Esse paradoxo nos surpreende! Mudam-se as circunstâncias e muda-se a moralidade! Amplia-se, ou se reduz, a visão e a moralidade alarga-se ou se estreita. Quando a Humanidade estiver super-povoada, com a falta de espaço e de alimentos, certamente as práticas homossexuais masculinas serão tidas como virtuosas, uma vez que não geram filhos. O que se quer saber é onde pode permanecer o estável em Moral ou Ética. Este só nos será dado a partir dos conhecimentos científicos axiológicos que verificarão relações insofismáveis entre as causas e seus respectivos efeitos. Sem que as nações se unam num todo jurídico, não se poderá instalar o *justo* em sua visão maior, porque, enquanto perdurar a soberania das nações, o que prevalecerá será a lei do mais forte, do que apertar primeiro o gatilho. O revanchismo se cobre com mantos de “justiça”, e isto se verifica quando os países derrotados na guerra são “julgados” pelos vencedores. No fundo, o verdadeiro, o que se verifica, é a imposição da força do vencedor ao vencido, dos interesses do vitorioso ao perdedor.

Se não fizermos análises constantes e penetrantes, ora nos preceitos que obrigam a fazer, ou não fazer, ora nos ideais a que se quer chegar, numa existencialização de metas com propósitos finais, não teremos uma visão racional dos nossos pecados. Se eu mato uma galinha, seja para comê-la ou, simplesmente, pelo prazer de matá-la, sadicamente, qual pecado cometerei? O fato, em ambos os casos, foi a morte da galinha. O fato de comê-la me isenta da selvageria de matá-la? Se a mato e jogo fora o seu cadáver, se a mato apenas pela satisfação que me dá o matá-la, será esse meu prazer pecaminoso? Não sinto, também, prazer em comê-la? Se a como e sinto prazer, o fato de matá-la escapa à noção de pecado? Devemos, ou não, proteger os animais, ser gentis e caridosos com esses seres indefesos e criados por Deus? Nota-se a inconsistência dos julgamentos humanos. Qual o pecado mais grave: matar um gato para comê-lo, ou uma galinha para esse mesmo fim? Dizem que a carne dos gatos é muito saborosa e que “a carne humana, quando bem assada, tem gosto de bananas fritas...”

Se definirmos o pecado como “uma desobediência formal, consciente, deliberada, em matéria grave, à lei de Deus” excluirmos do rol dos pecados todas as ações, omissões, resultados nefastos que escapam ao livre-arbítrio. Quais seriam, definitivamente, as “leis de Deus”? Apenas as ditadas por Jesus, no Novo Testamento, ou as colhidas por Moisés, no Decálogo, a Lei Geral, do Antigo? Qualquer lei exige uma interpretação, um julgamento, onde são importantes as circunstâncias que envolvem o fato pecaminoso. Para São Tomás de Aquino há um direito natural, uma capacidade que os homens têm de discernir entre o que é justo e injusto, entre o bem e o mal. Será verdadeira tal asserção? O que pretendemos ressaltar é a pergunta: o que, realmente, é um bem, e em quais extensões pode e deve ser enfocado? O bem *para mim* talvez não o seja *para você*. Há bens individuais, coletivos, estatais, referentes à Humanidade como um todo.

Para Buda “os pecados do corpo são: assassínio, roubo e adultério; os da língua: calúnia, ofensa e murmuração; os da mente: inveja, ódio e erro”. Proclamava: “Não mateis, mas respeitai a vida. Não furteis, não roubeis; antes ajudai cada um a possuir o fruto do seu trabalho. Abstende-vos da fornicção e de toda impureza; observai uma vida de castidade. Não mintais, sede verazes. Dizei discretamente a verdade, sem temor, porém com bondade de coração. Não calunieis, nem propagueis notícias malévolas. Não censureis; antes procurai o lado bom do vosso próximo, para poder defendê-lo com sinceridade contra os seus inimigos. Não ofendeis a ninguém, mas falai docemente e com dignidade. Não desperdiceis o tempo em murmurações, mas falai oportunamente ou guardai silêncio. Não cobiceis, não invejeis; alegrai-vos em vendo a felicidade dos outros. Limpai o vosso coração de toda malícia; não fomenteis ódios, nem mesmo contra os vossos inimigos; pelo contrário, abraçai com bondade a todos os seres vivos. Libertai a vossa mente da ignorância e preocupai-vos em conhecer a verdade, especialmente no que é necessário; não vos afundeis no cepticismo nem na superstição, porque ambos vos desviariam da nobre senda que conduz à vida eterna.”

A Bíblia é o livro de onde os cristãos depreendem a sua moralidade. No Velho Testamento, Jeová, deus hebraico, defende a lei de talião: dente por dente, olho

por olho. Castigo igual à culpa; desforra igual à ofensa. “Aquele que ferir a um homem, de modo que este morra, certamente será morto.” “Se um homem vier premeditadamente contra o seu próximo, para o matar à traição, tirá-lo-ás do meu altar, para que morra.” “O que amaldiçoar seu pai ou sua mãe, seja punido de morte.” “O que ferir o seu escravo ou a sua escrava com uma vara, e eles morrerem nas suas mãos, será réu de crime. Mas se sobreviver um dia ou dois, não ficará sujeito a pena, porque é seu dinheiro...”

As leis de Moisés, no Êxodo, são cruéis nas suas sentenças de morte. “Não deixarás viver os feiticeiros”. “Aquele que pecar com uma besta, seja punido de morte”. Se fôssemos aplicar tais leis hoje, teríamos como válida a escravidão humana e a pena de morte seria uma constante nas sentenças. Com a Lei Geral, Moisés conclui que todos os pintores, escultores, desenhistas, enfim, todos os cultores das artes plásticas, pecam irremediavelmente: “Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma do que há em cima do céu, e do que há em baixo da terra, nem do que há nas águas debaixo da terra...” (Êxodo, 20, 4).

Cristo veio como mensageiro do amor e da compreensão: os homens não devem julgar porque só a Deus pertence o julgamento.

Em João, na sua primeira epístola, lê-se que “todo aquele que pratica o pecado, também transgredir a lei: porque o pecado é a transgressão da lei” (3, 4) “Amemo-nos uns aos outros, porque o amor procede de Deus; e todo aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus, pois Deus é amor” (4-7, 8).

Uma prostituta que amasse todos os seus clientes, que se entregasse a esta profissão por amor, estaria distribuindo amor? Se a resposta é negativa, pode-se pressentir que até mesmo o dar-se em amor exige limites e interpretações.

Para que haja uma verdadeira e científica moralidade é necessário que a Ética se alicerce em fundamentos sólidos, racionais, baseados em observações demoradas e criteriosas de causas e efeitos. O que se pretende com a moralidade é, somente, que o bem se existencialize. Sem uma análise do que se entende por bem ao homem, em todas as suas visões, toda essa ciência ruiria sem consistência.

Para uma realidade moderna, para jovens no findar do século XX, poderíamos sugerir as seguintes *leis morais* e seus respectivos pecados: “Não fumarás, principalmente maconha, nem injetarás tóxicos nas tuas veias. Fugirás das drogas para que delas não te tornes um dependente. Não participarás de orgias sexuais que possam prejudicar-te a saúde. Não viverás à custa de outras pessoas em virtude de teres com elas relações de cama. Não assaltarás bancos. Não raptarás pessoas para exigir resgate das mesmas. Serás aluno aplicado porque os teus pais se sacrificam para educar-te. Recusar-te-ás a participar de guerras porque elas serão o extermínio da Humanidade. Não humilharás os homossexuais por terem deficiências hormonais. Não fomentarás o ódio entre as raças porque ninguém é culpado de ter nascido branco ou preto. Trabalharás com afinco e denodo porque fazes parte de uma engrenagem social e o teu bem será o bem de todos. Quando fores patrão ou dono de empresa, pagarás salário justo aos teus empregados e permitirás que todos participem dos lucros da empresa. Não é justo que te enriqueças à custa do sacrifício alheio. Quando tiveres filho com alguma mulher, registra-o

como pai e assume as responsabilidades da educação e instrução do mesmo. Se fores sócio de alguém, não queiras para ti a parte do leão; não te esqueças que a tua mulher é sócia tua e colabora para o património comum. Não queiras a mulher que deita com um, deitar-se com vários e a todos ludibriar. Não infernes o teu cônjuge com ciúmes doentios. Não fumes porque estarás prejudicando a tua saúde. Não te viciés em bebidas porque o álcool te prejudicará. Não pregues nem te filies a políticas que têm como ideal a escravidão do homem ao Estado; não te esqueças que o Estado é mero administrador das coisas públicas: não queiras fazê-lo teu senhor ou teu carrasco. Lembra-te sempre que és membro da Humanidade, antes de ser de um Estado, de um agrupamento ou de uma família. Esforça-te com a tua razão, a tua ciência, o teu trabalho, para libertar os homens das doenças e da morte. Comunica-te com o teu semelhante: sê cortês, atencioso; troca com o teu vizinho favores. Ouve os aflitos; consola os desesperados; dá esperanças a quem já as perdeu. Não digas ao enfermo terminal, ao canceroso, ao aidético: 'morrerás em breve'. Não condenes ninguém às penas de morte. Recupera os transviados. Sendo policial, não te faças de juiz e algóz: a tua autoridade não chega a tanto. O público não te paga para seres carrasco, mas para servi-lo dentro dos limites da Lei. Não roubes carros para apenas dar uma voltinha, ou para vendê-lo no Exterior; estuda, trabalha, tira a tua carteira de habilitação e compra o teu próprio; só então saberás dar valor ao que te custou esforços e sacrifícios. O sexo não é mercadoria: não o vendas."

Os pecados atuais teriam que ser para realidades do momento. As necessidades presentes não são mais aquelas do tempo de Moisés, ou de Abraão, já superadas, ou pela ciência, ou por novas circunstâncias. O ideal contido em Deus é uma síntese de relações necessidades/bens; os bens fazem parte, como valores, da essência de Deus. Um Deus estático não pode ser Deus: a planeamentologia exige que seja vigilante das realidades atuais e não apenas históricas, superadas, porque Deus terá, na sua compreensão, um planeamento-ação de perfeições a serem atingidas, existencializadas. A noção realista de perfeito é aquela estrutura que se move, com os mais amplos movimentos possíveis, que atualiza as suas potencialidades, que não entre em conflito com outras estruturas de idêntica visão, enfim, que realiza plenamente a sua finalidade de afirmação humana.

O que se conclui do que se enfocou é a necessidade da nitidez dos planeamentos, dos ideais e de Deus, tudo aquilo que funciona como objetivos a serem atingidos pelos homens, para que se possa, verificando as distâncias entre o como-é e o como-poderia ou deveria-ser, notar o quanto se está pecando. No poderia-ser, há a potencialidade humana que espera, apenas, novas estruturações para que sejam existencializadas todas as possibilidades afirmativas; no como-deveria ser anseia-se por uma mudança na essência do homem, com o auxílio das ciências, como, por exemplo, a vida eterna da carne. Se a medida do pecado for a afirmação absoluta, a própria natureza peca, pois nos leva a evoluir à morte física, realista. A imortalidade da alma, ou do espírito, é uma hipótese problemática. Pecamos por omissão quando não lutamos contra as negações, como as doenças, a velhice, as guerras, a corrida armamentista, a preparação das bombas que explodirão a Terra, e tanto mais.

Se não delinearmos para onde caminhamos, se, na compreensão da idéia de Deus, não ficarem bem especificados os seus arquétipos, se nos ideais e nos planejamentos não houver visões mais amplas, maiores e, por isso mesmo, as mais verdadeiras, não saberemos o quanto ainda somos pecadores. Quando existencializarmos a afirmação máxima do homem, não haverá mais pecadores.

Até lá, muita ciência precisa ainda ser implantada e, principalmente, as axiológicas, que nos darão as justas medidas da moralidade, da justiça, da planejamentologia, da ideologia, da teodicéia.